



Advogados e juízes são denunciados por venda de sentença em MT

17/06/2011

Os nomes dos 37 denunciados pelo Ministério Público Federal, na Operação Asafe, foram divulgados pelo repórter Alexandre Aprá, do site *MidiaNews*. Deflagrada em maio de 2010, a operação investiga venda de sentenças no Tribunal de Justiça de Mato Grosso e no Tribunal Regional Eleitoral, envolvendo advogados, juízes, desembargadores, servidores e lobistas.

A Procuradoria-Geral da República em Brasília pediu o afastamento cautelar do desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, do TJ-MT. Provisoriamente, o Superior Tribunal de Justiça já afastou o ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Evandro Stábile; o juiz do TRE, Eduardo Jacob; o desembargador José Luiz de Carvalho e o juiz Círio Miotto.

Em 2010, a revista **Consultor Jurídico** publicou, com exclusividade, que a Polícia Federal apontou 14 casos de intermediação de venda de sentenças, que envolvem advogados investigados por exploração de prestígio, corrupção ativa e passiva e formação de quadrilha, em Mato Grosso. Foi com base nos relatos desses casos que o Ministério Público Federal pediu a prisão de advogados ao Superior Tribunal de Justiça. A PF cumpriu mandados de prisão e de buscas e apreensão, em 2010. Foram presas oito pessoas, na época. Entre elas, cinco advogados.

O inquérito, que resultou na prisão de advogados e contou com uso de grampos telefônicos autorizados, foi originalmente instaurado na 2ª Vara Federal de Cuiabá para apurar denúncias “de que advogados e terceiros estariam manipulando decisões no âmbito da Justiça Eleitoral de Mato Grosso”, de acordo com os autos. Mas no decorrer das investigações, surgiram indícios de envolvimento do presidente do TRE-MT, desembargador Evandro Stábile, em atividades ilícitas. Por causa da prerrogativa de foro, a competência foi deslocada para o STJ. As investigações apontaram “o possível envolvimento de juízes e desembargadores do TJ-MT e membros atuais e antigos do TRE-MT” em venda de sentenças.

Confira a relação dos denunciados pelo MPF na Operação Asafe:

- 1 – Célia Cury (advogada e mulher do desembargador José Tadeu Cury)
- 2 – Ivone Reis Siqueira (lobista)
- 3 – Santos de Souza Ribeiro
- 4 – Claudio Manoel Camargo Júnior (genro do desembargador José Tadeu Cury)
- 5 – Jarbas Rodrigues do Nascimento (ex-chefe de gabinete do desembargador José Tadeu Cury)
- 6 – Rodrigo Vieira (advogado e genro do desembargador José Tadeu Cury)
- 7 – Alessandro Jacarandá Jové (ex-sócio de Célia Cury)
- 8 – Max Weyzer Mendonça Oliveira (advogado)
- 9- Tarcisio Carlos Siqueira de Camargo (advogado)
- 10 – Círio José Miotto (juiz substituto de 2º grau afastado do TJ/MT)
- 11- José Luiz de Carvalho (desembargador do TJ/MT)
- 12 – Eduardo Jacob (advogado e juiz membro afastado do TRE/MT)
- 13 – Donato Fortunato Ojeda (desembargador aposentado do TJ/MT)
- 14 – Maria Abadia Pereira de Souza (advogada e ex-juíza membro do TRE/MT)



- 15 – Evandro Stábile (desembargador afastado do TJ e ex-presidente do TRE/MT)
- 16 – Phellipe Oscar Rabello Jacob (Filho de Eduardo Jacob)
- 17 – Eduardo Gomes da Silva Filho (advogado)
- 18 – Renato César Vianna Gomes (advogado e ex-juiz membro do TRE/MT)
- 19- Alcenor Alves de Souza (ex-prefeito de Alto Paraguai)
- 20 – Bruno Alves de Souza (sobrinho do ex-prefeito de Alto Paraguai)
- 21 – Diane Vieira de Vasconcelos Alves (prefeita de Alto Paraguai e mulher de Alcenor)
- 22 – Luiz Carlos Dorileo de Carvalho (lobista)
- 23 – Lóris Dilda acusado de matar o irmão)
- 24 – Moacyr Franklin Garcia Nunes
- 25 – André Castrillo (advogado)
- 26 – Modesto Machado Filho
- 27 – Rafael Henrique Tavares Tambelini (servidor do TJ/MT)
- 28 – Carlos Aberto Alves Rocha (desembargador do TJ)
- 29 – Antonio do Nascimento Afonso
- 30 – Carlos Eduardo Bezerra Saliba
- 31 – Carvalho Silva
- 32 – Maristela Claro Allage
- 33 – João Batista de Menezes
- 34 – Edson Luiz Brandão
- 35 – Tiago Vieira de Souza Dorileo
- 36 – Avelino Tavares Júnior
- 37 – Luciano Garcia Nunes

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2011-jun-17/advogados-desembargadores-juizes-sao-denunciados-venda-sentenca/>